

RELATO DE EXPERIÊNCIA DA AÇÃO ESCREVENDO DIREITO: VIVÊNCIA DOS ACADÊMICOS DE DIREITO NO FORTALECIMENTO DA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

REPORT ON THE EXPERIENCE OF THE ACTION WRITING LAW: EXPERIENCE OF LAW ACADEMICS IN STRENGTHENING EDUCATION IN HUMAN RIGHTS

Syllas Franklin Rodrigues Gomes¹

Renata Rodrigues de Castro Rocha²

Karla Caroline Araújo de Oliveira³

Myllena Parrião Sousa⁴

João Pedro Matos da Silva⁵

Mariana Tavares Cunha⁶

Resumo: O presente relato de experiência tem por propósito mostrar a outros discentes e, até mesmo para a própria comunidade, a força e a importância da extensão universitária na construção da cidadania e da educação em direitos humanos. Essa obra é fruto de seis oficinas realizadas pelos acadêmicos do curso de Direito da Universidade Federal do Tocantins, através da ação extensionista Escrevendo Direito, a qual é vinculada ao projeto de extensão Justiça para Todos II, da mesma universidade. A parceria se deu com o Colégio Sagrado Coração de Jesus, de Porto Nacional-TO, por meio de um trabalho interno chamado Raio-X do ENEM. Importante salientar que, em razão dos óbices causados pela pandemia do Covid-19, cada oficina fora realizada no formato de webinar, pela plataforma Google-Meet, com os links cedidos pela própria escola parceira. Ademais, as oficinas foram voltadas para os alunos das 2ª e 3ª séries da referida instituição, visto que esses já se encontram nos anos finais do Ensino Médio, e estão próximos de realizarem o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), onde precisam colocar em prática o senso de Justiça-social, o respeito à pluralidade cultural e a diversidade e, sobretudo, os direitos humanos.

Palavras-chave: Cidadania. Educação em Direitos Humanos. Oficinas.

Abstract: This experience report aims to show other students and even the community itself, the strength and importance of university extension in the construction of citi-

1 Acadêmico de Direito pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6805021470549348>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2726-1636>. E-mail: syllas.franklin@mail.uft.edu.br

2 Professora Doutora do curso de Direito da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Lattes: <https://lattes.cnpq.br/1378612984760136>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9247-7724>. Email: renatarocha@mail.uft.edu.br

3 Acadêmica de Direito da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9946043793096344>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1376-3966>. E-mail: karla.oliveira@mail.uft.edu.br

4 Acadêmica de Direito pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2931848664539932>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5142-6798>. E-mail: myllena.parriao@mail.uft.edu.br

5 Acadêmico de Direito pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6300582561899136>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4892-8778>. E-mail: matos.pedro@mail.uft.edu.br

6 Acadêmica de Direito pela Universidade Federal do Tocantins(UFT). Lattes: <https://lattes.cnpq.br/0471436260877467>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2473-3391>. E-mail: mariana.cunha@uft.edu.br

zanship and education in human rights. This work is the result of six workshops carried out by academics of the Law course of the Federal University of Tocantins, through the extension action *Writing Law*, it is linked to the extension project *Justice for All II*, of the university university. A partnership took place with the *Sagrado Coração de Jesus School*, from *Porto Nacional-TO*, through an internal work called the *ENEM X-Ray*. It is important to point out that, due to the obstacles caused by the Covid-19 pandemic, each workshop was held in the form of a webinar by the Google-Meet platform, with links provided by the partner school itself. Furthermore, as workshops were aimed at students from the 2nd and 3rd grades of the institution, as they are already in the final years of high school, and are close to taking the National High School Examination (ENEM), where they should put it into practice the sense of social justice, respect for cultural plurality and diversity and, above all, human rights.

Keywords: *Citizenship. Human Rights Education. Workshops*

Introdução

A ação *Escrevendo Direito*, vinculada ao projeto de extensão *Justiça para Todos II*, do curso de Direito, da Universidade Federal do Tocantins, teve como intento precípua levar o debate de temas ainda sensíveis para a sociedade aos estudantes das 2ª e 3ª séries do Ensino Médio Básico do Colégio Sagrado Coração de Jesus (CSCJ), em Porto Nacional - TO.

Entre a feitura do plano de ação e a execução do projeto foram sete meses, os quais se mostraram importantíssimos para o nosso crescimento acadêmico, humano e extensionista, posto que o “ensino rompe as barreiras da sala de aula e sai do ambiente fechado da Universidade, para que haja a troca de informações provenientes do ambiente primordial. Assim, o conteúdo passa a ser multi, inter e transdisciplinar” (RODRIGUES et al., 2013, p. 143)

Foi uma caminhada com alguns percalços, entretanto, fora feito até mais do que estava realmente planejado. Assim, as atividades tiveram o intuito de fortalecer a capacidade crítica argumentativa e ampliar a visão dos discentes ao analisarem questões sociais, estendendo tais eventos ao direito, agregando propriedade para redigir redações que contemplem as competências avaliadas no ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) de organização de argumentos de defesa (Competência 3) e respeito aos direitos humanos (Competência 5).

Ante o exposto, propusemos este relato de experiência versando sobre todo o processo extensionista (ação e execução), discorrendo também os desafios que estes extensionistas encontraram por conta da pandemia do Covid-19, um período bastante atípico para se vivenciar a trilha da extensão.

O presente relato tem por objetivo expor as atividades de extensão desenvolvidas pelo grupo *Escrevendo Direito*, o qual buscou fomentar os debates e reflexões acerca de temas relevantes na construção do saber e maximização do repertório dos discentes do ensino médio na escrita de futuros textos dissertativo-argumentativos.

Referencial teórico

A educação é a ferramenta capaz de conduzir indivíduos a uma realidade melhor do que a perspectiva social que a atualidade oferece (MANDELA, 2003). Posto isto, a fim de possibilitar um ambiente propiciador do desenvolvimento crítico dos estudantes contemplados pela ação *Escrevendo Direito*, bem como o aprimoramento da capacidade de debater e organizar ideias acerca de temas relevantes na atualidade, com objetivo de enriquecer o repertório destes estudantes na avaliação do Enem, através de discussões em encontros virtuais. Desta maneira, ao promover a autonomia na formação do

pensamento dos estudantes, devidamente contextualizada aos enfrentamentos do cotidiano, temas de notória relevância são imprescindíveis nas discussões no âmbito das salas de aula (MIRANDA *et al.* 2016).

Destarte, a título de exemplo das questões abordadas, destacam-se dentre elas as garantias dos direitos individuais, sobretudo no tocante às desigualdades raciais, a saber que os aspectos que permeiam o racismo no Brasil estão para além da necessidade de garantir direitos e discutir sobre eles. Há notavelmente uma questão de ordem social no tocante à consciência racial no Brasil, desde os períodos longínquos da colonização que perduraram até os dias atuais. Considerando que a população brasileira é massivamente de origem negra, entretanto, nota-se uma resistência e um estigma ainda muito presentes nos indivíduos em reconhecer sua ancestralidade (ANDRÉ, 2007).

Haja vista que, de acordo com pesquisas mais recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a população brasileira se autodeclara predominantemente de cor parda e branca, apresentando um percentual ínfimo de autodeclarados pretos, números que não retratam a realidade dos indivíduos que compõem a sociedade brasileira. Isto se deve à falta de autoestima provocada pela desvalorização do negro, nas palavras de (MELLO, 2019) “ser negro é nascer com a luta na pele.” Neste sentido, discutir aspectos da negritude são uma forma de disseminar a consciência negra e aceitação da negritude.

Outra questão social de extrema relevância para o debate e conscientização se dá acerca do tema direito e diversidade, a respeito das questões de gênero e das garantias de direitos para as pessoas LGBTQIA+, a qual engloba lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, transgêneros, queer, intersexuais, assexuais e mais. No contexto internacional, o Brasil é campeão no ranking de países que mais matam pessoas LGBTQIA+ (BUTTERMAN, 2012), sendo imprescindível destacar o problema como uma questão que urge por soluções que só podem ser construídas mediante a empatia, o debate e a conscientização.

Neste sentido, não há como pensar em garantias de direitos sem que haja antes de tudo uma sociedade que disponha do mínimo de recursos para sua sobrevivência, sendo o Brasil também protagonista de um cenário de desigualdades sociais e econômicas, razão pela qual são imprescindíveis as ODS’s Tratativas jurídicas acerca da erradicação da pobreza, trabalho decente, e os caminhos para a redução das desigualdades, a fim de desenvolver políticas públicas e conscientização social (MEIRELES, 2017).

No tocante aos direitos fundamentais, é sabido que a *Internet* tornou-se indispensável na atualidade, haja vista que um número significativo de pessoas no âmbito das relações de trabalho, dependem do acesso à *Internet*, sendo o trabalho um direito fundamental (SILVA ; ARANTES). Considerando o cenário pandêmico, atualmente o acesso à educação se dá de forma virtual, a depender da *Internet*, sendo a educação um direito fundamental, serviços públicos de modo geral são viabilizados por meio da *Internet*, de tal modo que esta incorpora-se ao rol de garantias fundamentais por viabilizar a existência e garantia de outras, trata-se, portanto, de mecanismo para viabilizar a efetividade de grande parte dos direitos fundamentais e individuais.

Metodologia

O presente trabalho foi desenvolvido em 6 eventos, para cerca de 60 alunos da 2º e 3º turma do Colégio Sagrado Coração de Jesus, no formato webinar, que duraram por volta de 40 (quarenta) minutos. Neste sentido, o grupo analisou as possibilidades para cada tema conforme os pontos que são levantados pelo Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) de forma que pudéssemos conciliar com os assuntos tratados no curso de Direito. Dessa forma, entendemos como necessário realizar uma abordagem simples e prática, diretamente direcionada para o público juvenil, acerca dos direitos fundamentais garantidos constitucionalmente, os quais possuem um acesso, predominantemente, limitado aos estudantes da área jurídica.

Diante de um país que carrega as marcas da escravidão, e que mesmo após a abolição, negros foram deixados à própria sorte (FERNANDES apud GOMES; MARLI, 2018), que pouco se informa acerca da diversidade de gênero, com mulheres tendo suas vidas ceifadas diariamente pela simples condição como tal, em um cenário socio-político que escancara o 2º lugar de maior concentração de renda do mundo

(SASSE, 2021), com crescentes índices de pobreza no pós-pandemia e o retorno ao mapa da fome em 2020 (PAJOLLA, 2021), além da escassez e o abismo desigual contrastado na sociedade brasileira quanto aos recursos tecnológicos em um mundo que precisou se transformar em virtual, identificamos quais temas precisavam ser tratados e refletidos com as turmas.

Para que tal feito pudesse se concretizar eficazmente, semanas antes do início dos eventos foram realizadas pesquisas de caráter documental, revisão bibliográfica, análise de dados, através de fontes de consultas em artigos científicos, teses, dissertações e sites de cunho estatístico. Além disso, foi realizado um estudo acerca de metodologias ativas para a elaboração de slides, aplicação social do direito e, por fim, a instrumentalização da ação com cartilhas interativas voltadas para o público adolescente, as quais continham exemplos práticos que possibilitaram uma melhor visualização de cada pauta.

No dia 19 de maio de 2021 foram iniciados os eventos, sendo ministrados um por semana por cada um dos integrantes do grupo, além de dois convidados especialistas na discussão referente à diversidade de gênero e em Direito Constitucional. Nesses 40 (quarenta) minutos contiveram momentos para a explanação, interferência dos professores e alunos acerca de suas próprias experiências, dúvidas, curiosidades e reflexões sobre os assuntos, proporcionando um enriquecedor intercâmbio de conhecimentos.

Ao final de cada encontro, lhes foi entregue uma cartilha referente a cada tema, com o escopo de complementar, aprofundar as discussões, além de proporcionar que os alunos tivessem toda essa experiência em um fácil acesso. Para a execução das cartilhas, nós nos atentamos em adotar metodologias interativas como imagens clicáveis que os direcionaram para vídeos explicativos, artigos científicos, indicação de filmes, músicas, pensamentos filosóficos e entre outros, com a finalidade de maximizar o repertório argumentativo que possibilitasse com que eles pudessem melhor produzir textos dissertativos-argumentativos, os quais são tão exigidos no ENEM.

Nossas atividades encerraram no dia 23 de junho de 2021 com muito sucesso. Finalizamos o projeto com uma imensa gratidão fazendo-nos refletir acerca da grandiosidade da ação *Escrevendo Direito* em despertar tamanho interesse por tudo aquilo que foi discutido, sendo prestigiado pelos alunos com diversos elogios, agradecimento e solicitando-nos um breve retorno.

Execução e discussões

A execução da ação *Escrevendo Direito* foi uma experiência singular e enriquecedora, posto que excedemos as expectativas iniciais, dispostas no nosso plano de ação, além de ser a primeira atividade extensionista que implementamos, a qual nos propiciou a oportunidade de partilhar o conhecimento que adquirimos na universidade, bem como aprendermos com o nosso público.

A ação começou no dia 19 de maio de 2021 e encerrou-se em 23 de junho do mesmo ano, tendo como público-alvo as turmas da 2ª série do Ensino Médio e formandos do Colégio Sagrado Coração de Jesus. Inicialmente, pretendíamos promover cinco webinários com temáticas sociais significativas, todavia, devido a adequação do cronograma e a disponibilidade de um convidado para discutir acerca de um tema de enorme relevância, oferecemos seis webinários.

O primeiro evento foi iniciado com a apresentação da ação dos alunos extensionistas e da orientadora. Primeiramente, demonstrou-se a importância da extensão universitária, expondo os objetivos principais de um projeto de extensão e sua contribuição para a sociedade. Posteriormente, discutiu-se a respeito da temática *Negritude: Aspectos Jurídicos, Sociais e Econômicos*, versando sobre o racismo estrutural, o preconceito religioso ante as religiões afrodescendentes, a política de cotas, o combate ao racismo e movimentos em defesa da negritude.

A pauta abordada no segundo encontro foi *Direito e Diversidade: Contexto Histórico, Nome Social e Crime de Transfobia*, cuja finalidade foi evidenciar as dificuldades da comunidade LGBTQIA+, a história do movimento, suas conquistas, especialmente, o nome social e o crime de transfobia, e os conceitos fundamentais para o entendimento do assunto. No webnário seguinte debateu-se sobre *A Importância da Constituição*, exprimindo a indispensabilidade desta para um Estado Democrático de Direito por meio

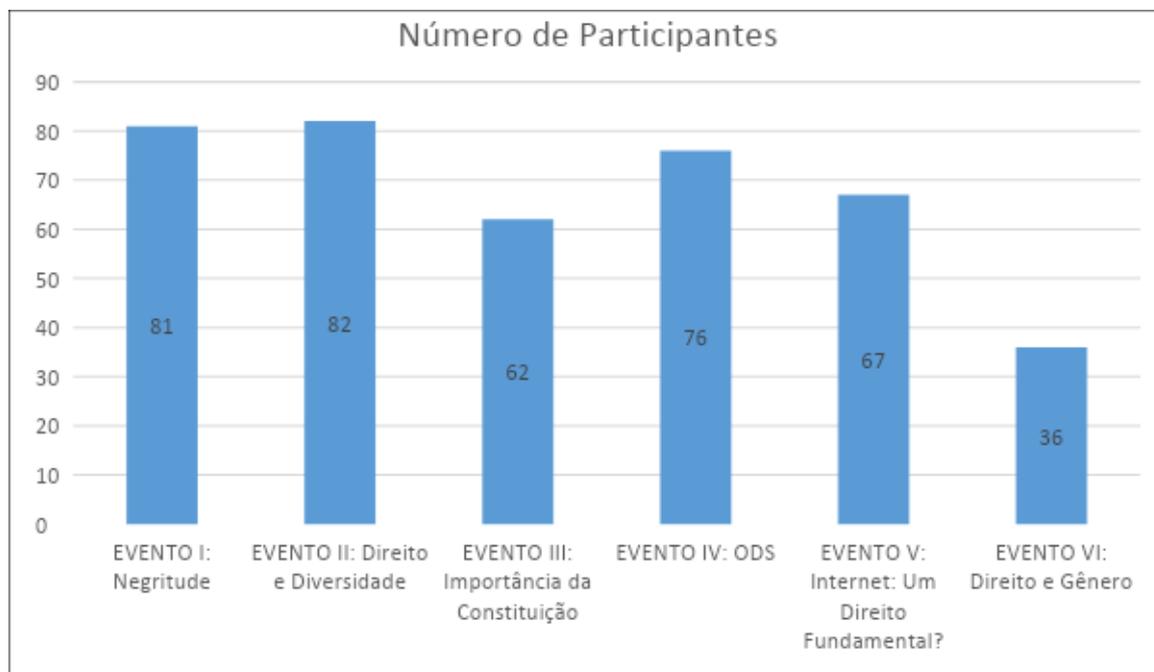
da menção das teorias de John Locke e Montesquieu. Também foi discorrido a respeito dos desafios no âmbito legislativo como uma ameaça para a democracia, e o papel do operador do direito e do STF na garantia dos valores constitucionais.

ODS: as tratativas jurídicas acerca da erradicação da pobreza, trabalho decente e os caminhos para a redução das desigualdades foi o tema explanado na quarta reunião, na qual pode-se destacar entre pontos abordados: a importância dos ODS; o conceito de desigualdade segundo os pensamentos de Rousseau, Marx e Weber; a origem da desigualdade social no Brasil; os dados da desigualdade durante a pandemia do covid-19; caminhos para a redução da desigualdade; ODS 8 na tentativa de defender o trabalho decente às pessoas; e as consequências do trabalho infantil.

Nessa mesma esteira, a quinta webconferência tratou da questão *Internet: Um Direito Fundamental?*. Para respondê-la foi apresentado o significado de direito expresso e explícito, e a importância dos direitos para a sociedade. Após essa breve contextualização, se iniciou o debate sobre a internet, demonstrando dados que comprovam a falta de acesso da população à internet e os projetos em discussão que visam tornar a internet um direito fundamental. A temática abordada no último webinar foi *Direito e Gênero: Desafios e Conquistas quanto à Igualdade*, discutindo acerca das dificuldades que as mulheres enfrentaram ao longo da história, a permanência da desigualdade de gênero, os Direitos Humanos e a Constituição de 1988 na efetivação da igualdade de gênero, e a exposição de leis que salvaguardam as mulheres.

No que concerne ao número de participantes, no primeiro evento a ação foi prestigiada com a presença de 81 alunos; o segundo teve 82 participantes; o terceiro 62; o webinar sobre ODS foi apresentado para 76 estudantes; a webconferência seguinte contou com a presença de 67 participantes; e a última reunião, mesmo sendo realizada na semana final do semestre do CSCJ, ainda teve 36 participantes. Logo, a média de público por evento foi de 67 participantes.

Figura 1. Número de participantes nos seis webinários promovidos através da ação *Escrevendo Direito* no CSCJ



Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Para ampliar o acesso aos eventos, todos os webinários foram gravados e, posteriormente, disponibilizados aos discentes CSCJ, a fim de que os estudantes que não puderam participar sincronicamente tivessem a oportunidade de usufruir da atividade, além da possibilidade dos alunos que acompanharam ao vivo reverem os encontros. Outrossim, os slides utilizados nos eventos e as cartilhas complementares também foram disponibilizados, com exceção do encontro realizado pelo convidado. O objeto dessas

cartilhas era complementar o entendimento acerca dos assuntos discutidos nos webinários, trazendo em seu bojo indicações de filmes, livros, artigos científicos, músicas e vídeos que compreendem as temáticas tratadas. Essas cartilhas podem ser acessadas através do link <https://sites.google.com/mail.uft.edu.br/portfolio/p%C3%A1gina-inicial>.

O interesse dos estudantes pela ação era notório, uma vez que o público-alvo participou ativamente dos webinários, como pode ser observado nas perguntas apresentadas a seguir:

Você acha que para diminuir a transfobia no país, seria melhor a criação de leis que punissem tais atos ou criar campanhas públicas sobre isso (por exemplo, inserir esses assuntos nas escolas)? Ou teria outra forma de intervenção mais eficaz? (PARTICIPANTE do evento *Direito e Diversidade*, 2021).

Falando sobre a democracia, pode-se citar Lênin quando tece uma crítica ao pensador Kautsky quando este fala que a democracia burguesa (que permanece até os dias atuais) é progressista comparada à Idade Média e que o proletariado deve utilizá-la obrigatoriamente. Levando em consideração esse ponto de vista, pode-se afirmar que a democracia burguesa apenas favorece poucos e não as massas da sociedade? Se sim, podemos falar que esse progressismo, citado por Kautsky, é apenas charlatanice liberal, já que assim como no período absolutista os que estão no poder apenas adotam medidas por benefício próprio? (PARTICIPANTE do evento *A Importância da Constituição*, 2021).

À vista disso, nota-se que a ação *Escrevendo Direito* não se resumiu apenas à exposição por parte dos alunos extensionistas e convidados, mas também houve contribuições dos estudantes e professores do CSCJ, proporcionando um intercâmbio de conhecimentos; colaborando, assim, para o desenvolvimento intelectual de todos os envolvidos. Outros aspectos a destacar são o acolhimento e a tolerância às ideias que propusemos por parte do projeto interno do CSCJ *Raio – X do ENEM*, que nos convidou a desenvolver ação semelhante em outro momento, tendo em vista a substancialidade do estímulo à análise de questões sociais sob a ótica jurídica, que permitirá o desenvolvimento dos discentes no tocante à capacidade de identificar a intertextualidade dessas questões com os temas propostos nas redações do ENEM. Sendo assim, verifica-se a importância da continuação da ação com a exploração de outras temáticas sociais relevantes.

Por fim, é imprescindível mencionar o maior desafio para a execução da ação *Escrevendo Direito*, a saber, a pandemia pelo novo coronavírus. Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde decretou pandemia por SARS-CoV-2, o que acarretou a suspensão das atividades em instituições de ensino. Em virtude do aumento demorado de casos da Covid-19, o que gerou insegurança em todas as áreas da sociedade, inclusive, na educação, houve a publicação da Portaria nº 343, de 17 de março de 2020, que autorizou “a substituição das disciplinas presenciais, em andamento, por aulas que utilizem meios e tecnologias de informação e comunicação” (BRASIL, 2020), com o intuito de amenizar essa problemática educacional.

Entretanto, a Universidade Federal do Tocantins, entidade na qual cursamos o ensino superior, retornou às atividades somente depois de 7 meses de suspensão, retomando as aulas na modalidade remota em outubro de 2020. Essas novidades, a princípio, nos espantaram, haja vista que se tratava do nosso primeiro contato com o ensino remoto e com a atividade extensionista, ademais, o CSCJ também havia adotado o ensino remoto; aspectos que poderiam desvalorizar nossa atuação. Apesar dessa adversidade, analisando os pontos supramencionados, percebe-se que conseguimos desenvolver a ação de maneira adequada, visto que discutimos os temas propostos, tencionando robustecer o senso crítico do público-alvo acerca das questões sociais sob uma perspectiva jurídica, contribuindo, então, para a obtenção de um bom desempenho no ENEM.

Evidências

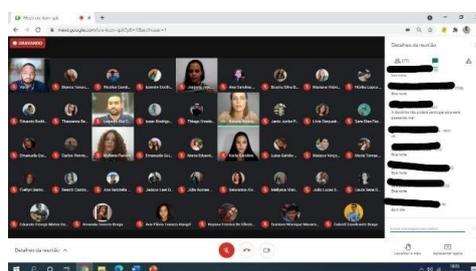
Seguem algumas evidências da ação *Escrevendo Direito*, vinculada ao projeto *Justiça para Todos II*:

Figura 2. Reunião de Planejamento da ação com a participação dos alunos extensionistas e da orientadora, em 25/03/2021



Fonte: Figura dos autores.

Figura 3. Evento I – Negritude: Aspectos Jurídicos, Sociais e Econômicos, em 19/05/2021



Fonte: Figura dos autores

Figura 4. Cartilha disponibilizada no Evento IV: ODS, em 09/06/2021



Fonte: Figura dos autores.

Figura 5. Pergunta e Resposta do Evento II, em 26/05/2021



Fonte: Figura dos autores.

Considerações Finais

As atividades desenvolvidas pelo grupo de extensão *Escrevendo Direito* tiveram o objetivo de levantar assuntos atuais e colocá-los em discussão para reflexões, confrontando os direitos que temos assegurados no véu da Constituição e a realidade que nos deparamos. A partir da realização dos webinários, foi possível constatar que grande parcela dos estudantes possuíam dúvidas a respeito dos temas que lhes foram apresentados.

Durante a exposição dos assuntos e abertura de tópico de discussão, foram realizadas numerosas perguntas pelos presentes no encontro, com questionamentos sobre: a prática de crimes com pessoas transexuais que utilizam o banheiro conforme sua identidade de gênero, a importância de leis para assegurar o direito ao acesso à *internet* no contexto de pandemia nas Universidades, as disparidades salariais entre homens e mulheres que ocupam o mesmo cargo e o racismo enraizado em diversas partes da estrutura social moderna. Demonstrando dessa forma, que existe um vasto leque de questionamentos que carecem de respostas em diversas áreas do saber ligadas à esfera de atuação do direito.

A partir da realização dessas atividades de extensão descritas ao longo deste trabalho, constatou-se que os encontros com as turmas do ensino médio foi uma experiência enriquecedora para ambas as partes, agregando experiência e conhecimento aos condutores das dinâmicas e instigando os jovens alunos a refletirem sobre os assuntos, para um rico embasamento teórico a ser posto em prática em provas futuras com potenciais chances de tratarem sobre os temas debatidos.

Referências

ANDRÉ, M. C. Psicossociologia e negritude: breve reflexão sobre o "ser negro" no Brasil. **Boletim-Academia Paulista de Psicologia**, v. 27, n. 2, p. 87-102, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. Portaria nº 343, de 17 de março de 2020. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus – COVID-19. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-de-2020-248564376>. Acesso em: 26 out. 2021.

BUTTERMAN, S. **Invisibilidade Vigilante**. 1ª ed. Editora Inversos, 2012.

GOMES, I.; MARLL, M. IBGE Mostra as Cores da Desigualdade. **Revista Retratos**, 2018.

MANDELA, N. **Lighting your way to a better future**. **Planetarium**. University of the Witwatersrand, Johannesburg, South Africa. 16th July 2003.

MELLO, H. T. O. M. **A Marginalização da Mulher Negra**: Fruto de uma abolição inconclusa. Dissertação. (Graduação em Direito) - Universidade Federal Fluminense, 2019.

MEIRELES, C. **Direito à moradia**. Disponível em:

<https://www.politize.com.br/direito-a-moradia/>. Acesso em: 10 de jun. 2021. Acesso em: 26 out. 2021.

PAJOLLA, Murillo. **Afinal, o Brasil está ou não no Mapa da Fome da ONU?** Brasil de Fato. 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/06/30/afinal-o-brasil-esta-ou-nao-no-mapa-da-fome-da-onu>. Acesso em: 26 out. 2021.

MIRANDA, L. J. N.; SCHIER, D. A. **A influência do ensino de História na educação infantil e formação do aluno**. Educação em Foco, Edição nº 08, 2016.

RODRIGUES, A. L. L. *et al.* Contribuições da extensão universitária na sociedade. **Caderno de Graduação-Ciências Humanas e Sociais-UNIT-SERGIPE**, v. 1, n. 2, p. 141-148, 2013. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/cadernohumanas/article/view/494>. Acesso em: 01 out. 2021.

SASSE, C. **Recordista em Desigualdade**: país estuda alternativas para ajudar os mais pobres. Agência Senado. 2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2021/03/recordista-em-desigualdade-pais-estuda-alternativas-para-ajudar-os-mais-pobres>. 01 out. 2021.

SILVA, C. F.; ARANTES, A. R. **O Acesso à Internet eleito à Categoria de Direito Fundamental**. (Dissertação) PUC-MG.

Recebido em 09 de dezembro de 2021.

Aceito em 10 de agosto de 2022.